

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.203 - MG (2019/0284540-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : GEANDERSON BRUNO SIQUEIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : FABRÍCIO GOMES FERREIRA DE PAULA - MG098918  
ERIC SABIONI DE PAULA - MG089948  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por GEANDERSON BRUNO SIQUEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 107):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRESENÇA DOS PRESSUSPOSTOS DOS ARTIGOS 312 E SEQUENTES DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - NEGATIVA DE AUTORIA - VIA IMPRÓPRIA. Presentes os indícios de autoria e materialidade delitiva, imperiosa a manutenção da prisão processual para a garantia da ordem pública. As condições favoráveis do paciente, por si só, não implica a concessão da liberdade provisória, quando presentes no caso em análise, outras circunstâncias autorizadoras da segregação cautelar. A tese de negativa de autoria é incompatível com o habeas corpus, já que importa em dilação probatória.

O recorrente foi preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006.

Neste recurso, busca-se a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, ou a aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo desprovimento do recurso.

Na origem, processo n. 0037241-47.2019.8.13.0699, foi realizada audiência de instrução e julgamento em 3/10/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 58/60):

De se consignar que a conduta dos conduzidos Gilmar e Geanderson amolda-se, em tese, ao delito de tráfico, pois **solicitaram, ainda que por interposta pessoa, o ingresso de entorpecentes no presídio**, sendo certo que dada a quantidade (**mais de 8g de cocaína e quase 60g de maconha**), o pagamento da quantia de R\$500,00 é incompatível com que pretendia somente o uso do entorpecentes, tratando-se, ao contrário, de indicativo de intenção de comércio da droga arrecadada.

**É certo que a conduta perpetrada pelos conduzidos ganha contornos de maior reprovabilidade quando observo que pretendia o ingresso de substância ilícita no interior de estabelecimento penal, bem como que nem mesmo a custódia anterior de dois dos conduzidos foi suficiente para afastá-los da reiteração delitiva.**

**A conduta dos flagranteados, demonstra, assim seu descaso para com a administração da justiça, pois nem mesmo a possibilidade de revista pessoal e a existência de incontáveis agentes penitenciários no local dos fatos foi elemento obstativo da empreitada delitiva, sendo necessária, portanto, a decretação da custódia cautelar como forma de garantia da ordem pública.**

[...]

Nesse prisma, presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, há de prevalecer a tranquilidade e a segurança do corpo social, impondo-se a manutenção da custódia para preservar a ordem pública e cessar a reiteração criminosa.

Ante o exposto, atendidos os requisitos do artigo 302 e 304, ambos do Código de Processo Penal, homologo o Auto e **converto em preventiva a prisão em flagrante de KARINA DE OLIVEIRA GONÇALVES, GILMAR MOREIRA DOS SANTOS e GEANDERSON BRUNO SIQUEIRA**, na forma dos artigos 310, II, e 312, ambos do mesmo Diploma Processual.

Como já adiantado no exame da liminar, consta do decreto prisional fundamentação concreta, evidenciada na reiteração delitiva do acusado, que, custodiado, *pretendia o ingresso de substância ilícita no interior de estabelecimento penal*, indicado-se que, *nem mesmo a custódia anterior de dois dos conduzidos foi suficiente para afastá-los da reiteração delitiva*, constando de sua folha de antecedentes diversas anotações, uma inclusive pela prática de homicídio qualificado (fls. 55-56), não se verificando, portanto, manifesta ilegalidade do decreto.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC

# *Superior Tribunal de Justiça*

n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator